

CORREIO NACIONAL



Entre 2020 e 2025, 1.530 trabalhadores foram salvos

Lista do trabalho escravo tem 159 empregadores

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) atualizou o cadastro de empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à escravidão, conhecido como Lista Suja do trabalho escravo. A lista passou a contar com 159 nomes, sendo 101 de pessoas físicas e 58 de pessoas jurídicas. De acordo com a pasta, houve aumento de 20% em comparação à lista anterior.

Entre 2020 e 2025, 1.530 trabalhadores foram resgatados desse

tipo de situação. Os estados com o maior número de infrações foram Minas Gerais (33), São Paulo (19), Mato Grosso do Sul (13) e Bahia (12).

As atividades econômicas com o maior número de empregadores na lista são: criação de bovinos para corte (20 casos), serviços domésticos (15),cultivo de café (9) e a construção civil (8).

“Do total, 16% das inclusões estão relacionadas a atividades econômicas do meio urbano”, informa o ministério.

Professores temporários

No Brasil, aproximadamente dois a cada três professores têm contratos permanentes nas escolas onde trabalham. Os demais estão em cargos substitutos ou temporários que, por vezes, têm duração de menos de 1 ano. Os dados são da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendi-

zagem 2024, divulgada na segunda pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. A pesquisa, feita a partir de entrevistas com professores e diretores, principalmente dos anos finais do ensino fundamental, do 6º ao 9º ano, compara a educação em 53 países.

CNU: abstenção diminui em 2025

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos informou, no domingo (5), que o percentual de abstenção da segunda edição do Concurso Público Nacional Unificado ficou em 42,8%. O estado que registrou maior índice de abstenção foi o Amazonas, com 51,2% de ausência. O Dis-

trito Federal foi a unidade da federação com menor percentual de abstenção - 30,8%. No total, 761.545 se inscreveram, o que significa que mais de 435 mil candidatos compareceram à prova objetiva do certame. “O CPNU é muito mais do que um concurso”, disse a ministra da Gestão, Esther Dweck

Medidas consideradas eficazes

A ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, explicou, no domingo (5), após a aplicação das provas objetivas da segunda edição do CPNU 2025 que a segurança e a lisura foram significativamente aprimoradas e que as ações para combater fraudes foram eficazes e

pontuais. Segundo a ministra, o sucesso da operação de segurança neste concurso unificado é um resultado direto das ações implementadas desde a primeira edição, em 2024. Isso permitiu que o governo federal compartilhasse informações com a Polícia Federal e outras forças de segurança.

Campanha de Multivacinação

Crianças e adolescentes com idade até 15 anos já podem atualizar a caderneta nacional de vacinação. Até o dia 31 de outubro, todas as vacinas previstas no Calendário Nacional de Vacinação 2025 estarão disponíveis em todo o país. Segundo o Ministério da Saúde,

neste mês das crianças foram disponibilizadas mais de 6,8 milhões de doses, além do repasse de R\$ 150 milhões às gestões de saúde locais, para organização das ações nos territórios. O Ministério da Saúde fará chamadas por meio do aplicativo Meu SUS Digital.

Metanol: 17 casos confirmados

O Ministério da Saúde anunciou que recebeu 217 notificações de intoxicação por metanol após consumo de bebida alcoólica. Desse total, 17 casos foram confirmados e 200 estão em investigação.

O boletim mais recente com atualização dos casos foi divulgado pela

pasta na noite desta segunda-feira (6).

São Paulo concentra a maioria dos casos: 82,49% das notificações, com 15 casos confirmados e 164 em investigação. Além de São Paulo, o Paraná teve dois casos confirmados e quatro estão em investigação.

Uma em cada seis crianças de até 6 anos sofreu racismo

Dados são da Pesquisa Panorama da Primeira Infância

Marcelo Camargo/Agência Brasil



A pesquisa ouviu 2.206 pessoas, sendo 822 responsáveis pelo cuidado de bebês e crianças

Uma em cada seis crianças de até 6 anos de idade foi vítima de racismo no Brasil. As creches e pré-escolas são os locais onde ocorreu a maior parte desses crimes. Os dados são do Panorama da Primeira Infância: o impacto do racismo, pesquisa nacional encomendada ao Datafolha pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal - organização da sociedade civil que trabalha pela causa da primeira infância -, divulgada nesta segunda-feira (6).

A pesquisa ouviu 2.206 pessoas, sendo 822 responsáveis pelo cuidado de bebês e crianças de 0 a 6 anos. Os dados foram coletados em abril deste ano, por meio de entrevistas presenciais realizadas em pontos de grande fluxo populacional.

Os dados coletados mostram que 16% dos responsáveis por crianças de até 6 anos afirmam que elas já sofreram discriminação racial. A discriminação é maior quando os responsáveis são também pessoas de pele preta ou parda. Entre elas, esse índice chega a 19%, enquanto entre crianças com responsáveis de pele branca a porcentagem é 10%.

Separados por idade, 10% dos cuidadores de crianças de até 3 anos de idade afirmam que os bebês e crianças sofreram racismo e 21% daqueles com crianças de idade entre 4

e 6 anos relatam que elas foram vítimas desse crime.

A pesquisa revela ainda que creches e pré-escolas foram os ambientes mais citados como locais onde crianças já sofreram discriminação racial - 54% dos cuidadores afirmam que as crianças vivenciaram situações desse tipo em unidades de educação infantil, sendo 61% na pré-escola e 38% nas creches.

Pouco menos da metade dos entrevistados, 42%, afirmam que o crime ocorreu em espaços públicos, como na rua, praça ou parquinho; cerca de 20% dizem que ocorreu no bairro, na

comunidade, no condomínio ou vizinhança; e 16% contam que ocorreu na família. Espaços privados, como shopping, comércio e clube, aparecem entre os locais citados por 14% dos entrevistados, seguidos por serviços de saúde ou assistenciais (6%) e por igrejas, templos e espaços de culto (3%).

Segundo a CEO da Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, Mariana Luz, a escola é o primeiro espaço de socialização da criança, é onde ela passa grande parte do tempo é que deveria ser de proteção.

“É um espaço social que,

pelas nossas peças legislativas, deveria ser um dever nosso, da sociedade, que a escola seja um espaço de proteção e de desenvolvimento. É muito crítico a gente combater o racismo desde o berço, desde uma mulher grávida, na verdade, para que ela não sofra racismo na gravidez. Agora, com o bebê, com uma criança pequena, é ainda mais contundente a necessidade de combate ao racismo estrutural, para que ele não aconteça nunca, mas sobretudo nessa fase da vida que é onde o maior pico de desenvolvimento está acontecendo”, diz.

21% do tempo de aula serve para manter a disciplina

No Brasil, os professores perdem, em média, 21% do tempo de aula para manter a ordem em sala. Ou seja, a cada cinco horas de aula, uma hora é perdida para conseguir a atenção dos estudantes. O dado é da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis) 2024, divulgada nesta segunda-feira (6), pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

O estudo, feito a partir de entrevistas com professores e diretores principalmente dos anos finais do ensino fundamental (6º ao 9º ano), compara a educação em 53 países.

Enquanto no Brasil, os professores perdem 21% do tempo de aula com questões relacionadas à disciplina, nos países-membros da OCDE a média é menor, 15%. O estudo mostra que houve um aumento de 2 pontos percentuais entre 2018 e 2024, tanto no Brasil quanto entre os países da organização.

Ainda de acordo com a pesquisa, quase a metade dos professores brasileiros (44%) relatam que são bastante interrompidos pelos alunos. O patamar é mais do que o dobro registrado pela média da OCDE, que é de 18%.

Em relação ao estresse sofrido no dia a dia, o relato dos professores brasileiros é semelhante ao dos docentes dos países da OCDE: 21% dizem que o trabalho é muito estressante, enquanto a média da OCDE é 19%. O índice aumentou em 7 pontos percentuais em relação à 2018 no Brasil.

Quanto aos impactos na saúde mental e física, o Brasil supera a média dos demais países pesquisados. Entre os professores brasileiros, 16% dizem que a docência impacta negativamente na saúde mental, enquanto entre os países da OCDE, a média é 10%.



No Brasil, 56% dos professores afirmam usar ferramentas

Professores do país usam mais IA que média da OCDE

No Brasil, 56% dos professores das escolas do país afirmam usar ferramentas de inteligência artificial (IA), seja para preparar aulas, seja para buscar formas mais eficientes de ensinar os conteúdos nas salas de aula.

A porcentagem é superior à média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é 36%.

Os dados são da Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis) 2024, divulgada nesta segunda-feira (6), pela OCDE.

A pesquisa, feita a partir de entrevistas com professores e diretores principalmente dos anos finais do ensino fundamental – do 6º ao 9º ano –, compara a educação em 53 países.

De acordo com o estudo, os professores brasileiros disseram que usam a IA para gerar planos de aula ou atividades (77%), ajustar automaticamente a dificuldade dos materiais de aula de acordo com as necessidades de aprendi-

dizagem dos alunos (64%) e aprender e resumir um tópico de forma eficiente (63%).

O uso menos frequente da IA, apontado pelos docentes, é para revisar dados sobre a participação ou desempenho dos alunos (42%), gerar texto para feedback dos alunos ou comunicações com pais/responsáveis (39%) e avaliar ou corrigir o trabalho dos alunos (36%).

De acordo com a Talis, os impactos do uso da IA na educação ainda são incertos.

“O uso da IA na educação tem sido um tema de pesquisa há mais de 40 anos. No entanto, o lançamento do ChatGPT da OpenAI no final de 2022 acelerou o uso cotidiano da IA em muitos setores da sociedade. Embora a IA esteja desempenhando um papel cada vez maior na vida das pessoas, sua influência a curto e longo prazo na educação permanece incerta. Como a IA deve ser usada na educação também é uma questão pertinente”, diz a pesquisa.

O uso também varia entre os países pesquisados. Enquan-

to cerca de 75% dos professores em Singapura e nos Emirados Árabes Unidos relatam que o fazem, o uso dessas ferramentas cai para menos de 20% entre os professores da França e do Japão. O Brasil aparece em 10º lugar entre os países pesquisados nesse quesito.

A pesquisa mostra também que os professores brasileiros dizem precisar de formação para o uso de tecnologia, sobretudo para o uso de IA.

As áreas em que os professores relatam precisar de aprendizagem profissional são: ensino de alunos com necessidades educacionais especiais (48%), habilidades para o uso de inteligência artificial para ensino e aprendizagem (39%) e ensino em ambientes multiculturais ou multilíngues (37%).

Entre os professores que relatam não ter usado IA no ensino nos 12 meses anteriores à pesquisa, 64% responderam que não o fizeram porque não têm o conhecimento e as habilidades para ensinar usando IA.